



Decisão SEGEX 00400/2020-7

Produzido em fase anterior ao julgamento

Processo: 05498/2020-1

Classificação: Prestação de Contas Anual de Ordenador

Exercício: 2019

UG: IPRESI - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Ibirapu

Relator: Márcia Jaccoud Freitas

Responsável: SUELLEN CONTE MARTINS

Diante do que consta dos autos em epígrafe, **DECIDE** o coordenador do Núcleo de Controle Externo de Previdência e Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, por delegação, com fundamento no art. 63, inciso I e III, da Lei Complementar 621/2012 c/c arts. 47, inciso IV, e 358, inciso I e III, ambos do Regimento Interno deste Tribunal, **CITAR** e **NOTIFICAR** a Sra. **Suellen Conte Martins**, para, **no prazo de 15 (quinze) dias improrrogáveis**, apresente as razões de justificativas pelo descumprimento de prazo de encaminhamento, bem como encaminhe a esta Corte a Prestação de Contas Anual (SOLRET1), exercício de 2019, conforme consta na **Instrução Técnica Inicial 00314/2020-6**.

Determino o encaminhamento ao responsável de cópia desta Decisão, da **Manifestação Técnica 03498/2020-1**, bem como da **Instrução Técnica Inicial 00314/2020-6**, juntamente com o Termo de Notificação/Citação.

Fica o responsável advertido que:

a) o não atendimento a esta Decisão poderá implicar em sanção de multa prevista no art. 135 da Lei Complementar (LC) nº 621/2012 e no art. 389 da Resolução TC nº 261/2013;

- b) a comunicação dos atos processuais ter-se-á como realizada quando confirmada por recibo assinado por pessoa encarregada de receber correspondência, por membro da família ou por empregado do responsável, ou ainda, quando efetivada a consulta eletrônica ao teor da comunicação dos atos, nos termos do art. 64, § 1º, incisos I e II, da LC nº 621/2012 e do art. 359, § 2º, incisos I e II, da Resolução TC nº 261/2013;
- c) o não atendimento à citação implicará na declaração de revelia, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 65 da LC nº 621/2012 e do art. 157 da Resolução TC nº 261/2013;
- d) não cabe recurso da decisão que determinar a citação, nos termos do art. 153, inciso II, da LC nº 621/2012 e do art. 398, inciso II, da Resolução TC nº 261/2013;
- e) após a citação, as demais comunicações de atos e decisões presumem-se perfeitas com a publicação no Diário Oficial Eletrônico do TCEES, consoante o disposto no art. 62 da LC nº 621/2012 e no art. 360 da Resolução TC nº 261/2013;
- f) poderá o responsável, em nome próprio ou por procurador regularmente constituído, exercer sua defesa pelos meios admitidos em direito e, querendo exercer o direito de sustentação oral, deverá observar os requisitos do art. 327 do Regimento Interno deste Tribunal quando do julgamento dos presentes autos, cuja pauta de julgamento contendo a data da sessão será previamente publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCEES, na forma do art. 101 do mesmo diploma normativo, em observância aos princípios do devido processo legal, contraditório, ampla defesa e publicidade;
- g) A resposta ao termo de citação/notificação deverá observar o formato dos documentos aceitos pelo TCEES, de acordo com o disposto na Instrução Normativa TC nº 35/2015.

À Secretaria Geral das Sessões para os impulsos necessários. Transcorrido o prazo legal, com ou sem resposta, encaminhe-se os autos ao relator.

JÚLIA SASSO ALIGHIERI
Coordenadora do Núcleo de Controle Externo de Fiscalização de Pessoal e
Previdência – Em substituição

(Por Delegação de Competência: Ato SEGEX nº 08, publicado no DOETCEES em 17 de janeiro de 2020)